

## **GUERRILHA NO BRASIL: UMA CRÍTICA À TESE DO “SUICÍDIO REVOLUCIONÁRIO EM VOGA NOS ANOS 80 E 90” \***

Durbens Martins Nascimento\*\*

**Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia, suicídio revolucionário, luta armada, revolução socialista, esquerda.**

O artigo faz um balanço da literatura sobre a guerra de guerrilhas empreendida no Brasil nos anos 60 e 70, tendo como pano de fundo a Guerrilha do Araguaia. Sem pretender uma revisão exaustiva da literatura, visa analisar o significado do diagnóstico produzido nos 80 e 90, caracterizado pelo que chamamos de “suicídio revolucionário” e da busca pelas “causas da derrota” do projeto revolucionário da esquerda, que teria sido a aventura da luta armada no Brasil. Dialogando com os autores, chegou-se a conclusão que a autocrítica que seguiu essa direção, estava subordinada a uma nova plataforma político-estratégica para a sociedade brasileira encabeçada pelo PT. Os principais autores da reflexão autocrítica eram ligados direta ou indiretamente a essa organização partidária. Fato que encaminhou a avaliação do movimento para deduções fortemente influenciadas pelos dilemas da consolidação da Transição Democrática e da afirmação de um novo projeto social-democrata para o país e que hoje está no poder.

---

\* Este *Artigo* é inspirado no primeiro capítulo (“Guerrilha revisitada: crítica a um paradigma”) da nossa dissertação de mestrado, intitulada “Guerrilha do Araguaia (1967-1975): ‘Paulistas’ e Militares na Amazônia”, defendida no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em janeiro de 2000.

\*\* Professor da UFPA, doutorando do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico-Úmido/PDTU/NAEA/UFPA.

## INTRODUÇÃO

No começo dos anos 60 ganhava força no Brasil, contrariando as teses da Cepal e a Teoria da Dependência,<sup>1</sup> a idéia da superação da situação de submissão econômica, social e política através da revolução socialista, seguindo a trilha de Che Guevara e Mao-Tsé-Tung no plano político e Ander Gunder Frank, no campo acadêmico. O movimento crescente pelas Reformas de Base do governo Goulart, criava as condições para *empurrar* parte da esquerda de então à formular um projeto revolucionário para o país. O Golpe de estado de abril de 64 e o recrudescimento do regime como reação a ofensiva dos movimentos de rua de 68, precipitou o desenvolvimento da preparação da luta armada nas cidades e no campo. De 1967 a 1975, diversas organizações e partidos,<sup>2</sup> com perspectivas estratégicas e análises da formação histórica e social do Brasil diferenciadas, mobilizaram recursos humanos e financeiros objetivando estabelecer em solo pátrio uma nação nos moldes socialistas, ainda que alguns programas defendessem que esse regime viesse precedido de uma etapa de transição denominada de “nacional, popular e anti-imperialista”, na qual conviveriam formas de organização da economia de mercado capitalista ao lado da economia socialista fundamentada no planejamento. O movimento conhecido como Guerrilha do Araguaia (1967-1975) foi uma dessas tentativas para transformar a modernização conservadora em curso por um processo de modernização em bases socialistas que se estenderia da Amazônia para o restante do país.

---

<sup>1</sup> A literatura nesse veio é bastante extensa. Gostaríamos, entretanto, de sugerir como solução para os limites de espaço a seguinte consulta: CARDOSO, F. H. (1993 e 1996); CARDOSO, F. H. & Faletto, Enzo V. (1970); MANTEGA, Guido (1984); KAY (1989), Caps. 5 e 6; FIORI, José Luís (1995). Uma discussão mais recente sobre a Teoria da Dependência pode ser examinada em: FALLETO, Enzo V. (1998); SINGER, Paul (1998); GOLDENSTEIN, Lídia (1998) e SANTOS, Theotônio dos (1998).

<sup>2</sup> A identificação de cada uma, bem como a análise das suas atividades políticas realizadas no segundo período, i.e., entre 1961 e 1971, e sobretudo, uma consulta aos Programas Políticos, conferir. REIS, Daniel Aarão & SÁ, Jair (1985).

Malgrado esse projeto, como o de toda a esquerda, inicia-se após o Golpe, um processo difícil e prolongado de autocritica sobre os “erros” e as “causas da derrota” da esquerda no âmbito da reação à *ditadura militar*. Esse processo, sempre orientado pelo marxismo, prolongou-se até o final dos anos 90.

Sem dúvida, a busca da compreensão do significado da derrota do projeto revolucionário, particularmente da Guerrilha do Araguaia, revelou-se útil para os agentes identificados com um projeto mudancista do presente, ou seja, para aqueles que desejavam nos anos 80 fomentar o aparecimento de uma esquerda que superasse duplamente, a tradição nacional-populista e o viés militarista das organizações que partiram para a guerrilha. Sendo assim, dessa reflexão amadurecida saíram as principais propostas atualmente em discussão neste começo de milênio no Brasil. Esgotado esse processo de autocritica e superado relevância do tema, torna-se necessário agora indagar o seguinte: que fatores levaram os autores artífices dessa reflexão, a negar a importância exercida pelos movimento social liderado pelos comunistas no após guerra e prioritariamente ao movimento de resistência armada nos anos 60 e 70? Ou melhor, que relação foi estabelecida entre o posicionamento político desses atores diante da Transição e o sentido da crítica à prática política dos comunistas?

Este artigo analisa o significado do diagnóstico produzido a partir de um grande esforço avaliativo empreendido por intelectuais de diversas formações acadêmicas, alguns inclusive protagonistas daqueles eventos, estabelecendo um diálogo com idéias e autores que estudaram e avaliaram a atuação e o perfil do movimento social contestatório, os quais insistiram como premissa básica na tese do “suicídio revolucionário” e na busca das “causas da derrota” do projeto revolucionário, a fim de atender as demandas políticas da conjuntura política dos anos 80.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Cabe assinalar que, quanto a essa questão, mais precisamente no que tange aos seus efeitos no movimento sindical, SANTANA (1999), chamou a atenção para esse fato. Portanto, aqui não há da nossa parte nenhuma originalidade

Por “suicídio revolucionário”, os principais autores que procuraram negar a experiência comunista, entenderam uma prática revolucionária que não tinha nenhuma chance em lograr êxito, haja vista terem mobilizado apenas uma parcela da classe média ou, ter iniciado a resistência armada numa conjuntura política nada favorável: refluxo das guerrilhas no continente com o fracasso do Che Guevara na Bolívia, em outubro de 1967 (TAIBO II;1995), e o fortalecimento do regime com a ampliação de sua base de legitimação via “milagre econômico”, e, finalmente, do aumento da repressão política que provocou o desmantelamento da maioria daquelas organizações e a morte de seus principais mentores, como Carlos Marighela (1969) e Carlos Lamarca /1971(JOSÉ & MIRANDA, 1989).

Procuramos neste empreendimento teórico a) argumentar a favor da tese de que essa auto-crítica estava subordinada a uma nova plataforma político-estratégica da esquerda para a sociedade brasileira na década de 80, encabeçada pelo PT que aglutinara parte significativa da militância revolucionária ligada historicamente ao PCB e às organizações políticas clandestinas. Fato que levou a uma reflexão autocrítica fortemente influenciada pelos dilemas da consolidação da Transição Democrática, na qual, as forças políticas que haviam participado ativamente na organização do movimento armado nos anos 60 e 70, a produzir um diagnóstico do fracasso caracterizado pelo “suicídio revolucionário”. Na Transição o objetivo era encontrar caminhos estratégicos a fim de responder aos desafios surgidos com o aparecimento de novos temas acrescentados à agenda política da esquerda<sup>4</sup>. Sugerimos, por fim, que a vinculação desses intelectuais com uma proposta supostamente alternativa de confrontação com Estado, nos marcos da institucionalidade liberal,

---

nessa hipótese, a não ser sua vinculação com o movimento social mais amplo da época, ou seja, a frente guerrilheira distribuída nas cidades e no campo brasileiros.

<sup>4</sup> Esse debate nos anos 80, entretanto, como observa Denise ROLLEMBERG (1994:p.111), era justificado à luz de novos temas acrescentados à agenda da esquerda, para muitos sua *raison d'être* nessa nova conjuntura: *democracia e cidadania*.

de relacionamento com os novos movimentos sociais, em geral, e com o movimento operário reconstruído (o *novo sindicalismo*), no começo dos anos 80, em particular, deu origem a uma concepção da luta política norteadada pela crítica a qualquer forma de práxis sustentada na guerra de guerrilhas. Essa perspectiva de análise vem recentemente ganhando destaque entre os estudiosos interessados no reexame da questão da atuação dos comunistas antes e depois do Golpe.<sup>5</sup>

Inicialmente, ressalta-se que a reflexão acerca da problemática do conflito armado que envolveu partidos e organizações de esquerda e o *regime militar* naquele período histórico, “parece” desconhecer a existência no país de uma literatura supostamente exaustiva e completa acerca da temática; sobretudo, relutar em enxergar o desinteresse por um assunto que, conforme a direita conservadora e social-democrata, tornou-se *demodés* devido a crise terminal do socialismo real e aos impasses vividos pelas atuais guerrilhas latino-americanas.

Contudo, ainda que este não seja o lugar para o aprofundamento do debate, nem tampouco faça parte da discussão proposta um exame detalhado dos impasses existentes na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, justificamos a empreitada, visto que a guerra de guerrilhas com seus diferentes objetivos – socialistas ou não –, resiste às mudanças provocadas pelo fim da “guerra-fria” e da bipolaridade entre as duas superpotências EUA e Ex-URSS.

Hoje, em *tempos globais*, a luta armada como forma de luta política e método de conquista do poder político, permanece no horizonte de diversos partidos e organizações em várias partes do globo e tem se intensificado com as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva do capital, da globalização e a reação aos efeitos perversos quer econômicos e sociais, quer políticos e culturais engendrados pela ofensiva neoliberal. No México e na Colômbia, por exemplo, só

---

<sup>5</sup> Dois autores produziram papers nesta direção: BUONICORI, Augusto César (1997) e SANTANA (1999).

para citar a América Latina, tem chamado a atenção de analistas e acadêmicos, o recurso estratégico da guerra de guerrilhas visando a construção de uma outra alternativa de poder <sup>6</sup>.

## A GUERRILHA VISTA PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Nos anos 80 e 90 as Ciências Sociais produziram uma série de estudos tendo como objeto de reflexão científica o movimento social que resistiu de *armas nas mãos* ao movimento golpista. A crítica efetuada em várias disciplinas visava tanto a prática política do PCB, no período compreendido entre 1945 e 1964, portanto a fase em que vigiu a democracia nacional-populista, como também a atuação das organizações que imergiram na luta armada no período de 1967 a 1975, a fase da reação ao fechamento dos espaços democráticos.

Para o primeiro período, a crítica voltava-se para a atuação do PCB, pelo papel hegemônico exercido por este partido no conjunto dos movimentos operário, camponês e estudantil que se prolongou por mais de quatro décadas. Acusa-se então o PCB de “conchavo” com getulismo e de uma práxis política marcada pelo populismo e pela *conciliação de classe*. Essa tradição comunista, em nome do que era moderno nos 80, devia ser imediatamente negada e tachada de “velha” para os novos padrões social e políticos dos *novos movimentos sociais* que apareciam na esteira do movimento político pela democratização.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> CASTAÑEDA, Jorge. “Verdade ou não, nova guerrilha gera incerteza no México”. In: **Folha de São Paulo**, 1º cad., 28.07.1996:p. 20.

<sup>7</sup> Os estudos influenciados por Weffort, “olhavam” os movimentos da década de 60 e 70 negativamente, e guardadas as proporções de tempo e espaço, os percebiam como HABERMAS (1990:p.101) referindo-se a “consciência revolucionária” pós-1789 (Revolução Francesa), a denominou de melancolia de um projeto fracassado. A exceção a essa linha interpretativa nas Ciências Sociais no Brasil é o trabalho de RIDENTI (1993) e de CUNHA (1994).

Esta postura não era diferente em relação ao segundo período, i.e, de 1967 a 1975. Neste caso, que é o período de nosso interesse, o voluntarismo “pequeno-burguês” e a “oportunidade perdida” em 1964, quando existiam, ainda segundo essa visão, as chamadas “condições revolucionárias”, a esquerda desnordeada e padecendo da “ilusão da representatividade” entrara no “suicídio revolucionário”, dada a sua incapacidade efetiva de compreender o que passava na heterogênea sociedade brasileira. Dentre os autores que contribuíram para formar um quadro teórico sobre os acontecimentos que puseram fim ao movimento nacional-populista e a contestação que se seguiu ao *regime militar*, sobretudo, avaliaram as organizações políticas que imergiram na luta armada, destacamos os trabalhos de Gorender (1990), Pomar (1980) e Weffort (1984).

Basicamente o movimento armado, resultou da conjugação de condições históricas externas e internas favoráveis. A emergência de um complexo quadro político caracterizado pelo fechamento dos espaços democráticos conquistados no decorrer do processo de redemocratização, na fase imediatamente anterior, *empurrou* os comunistas e os nacionalistas para a resistência armada nas cidades e no campo. Sem possibilidades de vitória, dada a ausência de condições políticas e ideológicas para isso, pagaram um preço alto, pois provocaram a morte, prisão e exílio de centenas de homens e mulheres galvanizados nas lutas sociais e políticas impulsionadas pelas Reformas de Bases, assim como aqueles oriundos das lutas estudantis do último quartel da década de 60. Registre-se que soa nessas análises sempre a responsabilidade da esquerda pela derrota.

Durante as Reformas de Base, havia um terreno fértil para o debate em torno dos problemas sociais, políticos e econômicos. Esses espaços democráticos, ainda segundo essa literatura, permitiam, relativamente, a atuação das organizações políticas de esquerda PCB, PCdoB, PLOP e AP – Marxista-Leninista. “Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de pro-

priedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo” (GORENDER;1990:p.67).

Tais organizações e partidos, que surgiram como resultado desses debates e da impossibilidade de convivência com a tradição comunista, ou melhor dizendo, da autocrítica sobre a ausência de uma resistência organizada aos generais golpistas, passariam a buscar alternativas de sobrevivência, algumas delas, optando por imergir na luta armada a exemplo do PCdoB, ALN, MR 8, VPR, VAR - Palmares, PCBR, e outros grupos inexpressivos do tipo COLINA. À exceção da primeira, todas fariam parte da *Nova Esquerda* (REIS FILHO; 1985), i.e., a esquerda que se estruturou a partir da autocrítica levada a cabo pelas *dissidências* em vários estados do país.

Todavia, para fins de se fazer justiça com os estudos citados mais acima. Os autores de modo geral reconhecem o valor das condições políticas e ideológicas externas como fatores decisivos nas decisões daqueles que organizaram a guerrilha rural e urbana. Com efeito, todas as organizações influência externa, i.e, de um modelo de referência revolucionária nacional e/ou socialista: revolução Chinesa, Cubana e Argelina. Para Rollemberg (1994: p.111):

A revolução estaria em países distantes, em regiões isoladas de montanha; estava nas ruas dos grandes centros capitalistas; surgia nas fábricas e universidades; emergia de repente numa ação guerrilheira, na esquina; transbordava das páginas dos jornais; estava logo ali em Copacabana e lá no Araguaia

Ou, como diria mais tarde Emir Sader (1997) num texto intitulado, *nós que amávamos tanto O Capital*, inserido na melancolia da derrota,

A luta armada, erigida como via alternativa à crise do sistema institucional para derrotar as ditaduras e o capitalismo, proliferava na Venezuela, Peru, Guatemala, Colômbia e, posteriormente, na Bolívia e no Uruguai, depois de ter triunfado na Rússia, na China, na Coreia, em Cuba, na Argélia e no Vietnã, que derrotava a maior potência bélica da história, os EUA. O movimento pelos direitos civis nos EUA, assim como a própria resistência vietnamita, terminavam de compor o cenário que condicionou as adesões militantes dos anos sessenta e setenta (p.59).



Não podemos prosseguir na discussão se não fizermos a defesa de autores que escaparam da premissa do “suicídio revolucionário” e das objetivo do identificar as “causas da derrota”. Contrariando, portanto, essa tendência, Marcelo Ridenti (1993), que orientou sua tese de doutoramento à busca do significado e das raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, entre 1964 e 1974 a partir do “movimento contraditório da sociedade brasileira”, deu ênfase no desvendamento do “(...) significado e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, especialmente dos armados, entre 1964 e 1974...” (Prefácio). Como conclusão do balanço que fizera acerca da trajetória e dos fatores sociais que condicionaram à marginalização social das organizações de esquerda da época:

(...) paralelamente ao desenraizamento social das esquerdas armadas, estreitava-se sua visão do adversário, do inimigo, de seu outro: este tornava-se cada vez menos a burguesia, o imperialismo, o Estado, enfim, o sistema político e econômico, e cada vez mais o aparelho repressivo da ditadura, os torturadores e os supostos traidores no interior de cada grupo guerrilheiro. (p.276)

E por isso não puderam representar (a “ilusão da permanência representativa”) politicamente a classe trabalhadora; e finaliza com sugestivas perguntas: “Os partidos identificados com os trabalhadores, nos dias de hoje, terão melhor sorte que as esquerdas nos anos 60 e 70? Os operários trabalhadores brasileiros conseguirão constituir a sua representação política enquanto classe?” (idem)

Finalmente, um outro exemplo de uma abordagem alheia a análise das “causas da derrota” e do “suicídio revolucionário” é Cunha (1994). Esta autora pesquisou a ação da repressão sobre o conjunto da resistência armada, ressaltou o confronto entre a esquerda – suas formas de luta e combate- e o *regime militar*. Fez uma análise destacando a repressão visando “desarticular essa tentativas de enfrentamento” (pp.55-6) .

## A GUERRILHA DO ARAGUAIA REVISITADA

No que tange à Guerrilha do Araguaia, um balanço da literatura mostra claramente a influência da tese do “suicídio revolucionário” e da busca das “causas da derrota”.

Não obstante o esforço envidado pelo PCdoB no sentido de evitar a guerrilha urbana, não escapara da lógica que levou à derrota a os grupos clandestinos de guerrilha urbana ainda em 1972, quando todos foram dizimados pela violenta repressão que se abateu sobre seus militantes e colaboradores.

Contudo, a exemplo de Ridenti e Cunha, a produção jornalística manteve-se nos limites da informação sobre os acontecimentos no Araguaia, isentando-se da polêmica quanto as “causas da derrota” e mantendo-se afastados da tese do “suicídio revolucionário”. Fato que não ocorreu com a reflexão de ex-integrantes de organizações clandestinas que atuaram na luta armada e que mais tarde se tornariam membros fundadores do PT.

Pomar (1980) e Gorender (1986) são referências básicas desta perspectiva interpretativa, inseridas na tese aqui cansativamente citada. Relacionar a primeira produção tem como finalidade, de um lado, desmistificar a idéia, às vezes veiculada intencionalmente ou inconscientemente nos meios universitários, de que pouco ou quase nada, foi publicado sobre a Guerrilha do Araguaia, e, de outro lado, demonstrar que neste caso inexistia uma preocupação fundamental com as “causas da derrota” do projeto guerrilheiro implantado pelo PCdoB no sul e sudeste do Estado do Pará.

A primeira publicação é o *Diário da Guerrilha do Araguaia* (1975). Publicado em 1985. Logo na apresentação o sociólogo Clóvis Moura alerta: “Não temos elementos de análise histórica, política ou sociológica para dizer se o movimento foi certo ou errado, mesmo porque um julgamento nesta altura dos acontecimentos não se justifica. Cabe ver, no entanto, o que ele signifi-

cou para as populações do Araguaia, para que elas passassem a se ver como seres humanos do que como objetos, peças dos interesses econômicos dos senhores da região (e aqui me parece que todos estão de acordo) inteiramente superado e irracional” ( p. XIV).

O autor, Ângelo Arroyo, narra aspectos da história daqueles acontecimentos trazendo, ao mesmo tempo, em anexo, o programa da *ULDP*. Acrescenta-se a importância do texto como fonte de informações prestadas por um ator social que participou efetivamente do conflito. O texto tem a intenção de fornecer uma visão militante dos feitos mais importantes dos guerrilheiros, embora destacando a superioridade militar das Forças Armadas e esforçando-se para mostrar as circunstâncias nas quais vários *combatentes* do PCdoB foram mortos.

No final dos anos 70, seis jornalistas visitaram a região palco da Guerrilha do Araguaia, ou seja, o sul e sudeste do Estado Pará, norte do estado de Goiás e oeste do Estado do Maranhão com finalidades diversas. Fernando Portela dirigiu-se à área com o objetivo intencional de escrever sobre a guerrilha. Ao passo que os outros jornalistas, buscavam informações sobre a construção da Transamazônica. Durante a pesquisa se depararam com relatos sobre os acontecimentos da guerrilha, então decidiram mergulhar nos fatos narrados pela pessoas da região.

Da experiência em sua viagem pela região do Araguaia, o jornalista Fernando Portela, no livro *Guerra de Guerrilhas no Brasil* (1979), que constitui a primeira reportagem sobre a Guerrilha, compilada neste livro após ser publicada no Jornal da Tarde num sábado de 13 de janeiro de 1979. Fonte imprescindível para a compreensão dos fatos. Portela, em sua pesquisa, adquiriu “A primeira carta da Guerrilha”, “Os comunicados da Guerrilha”, bem como fotos de seus principais protagonistas. Por outro lado, Palmério Dória, Vicente Carelli, Fernando Moraes, Sérgio Buarque e Jaime Sautchuk, escreveram a *A Guerrilha do Araguaia* (1978). Trata-se também de uma das primeiras reportagens publicadas no país sobre o tema. No mesmo estilo e também produto de reportagens publicadas no Jornal da Tarde, de São Paulo no mesmo ano.

Por último, Paulo César Fontelles de Lima, integrante do PCdoB, num conjunto de artigos para o jornal alternativo *Tribuna da Luta Operária* (1978-1988), publicados no livro *A Guerrilha Redescoberta*, busca desvendar o significado do movimento embasado em depoimentos das pessoas com quem conviveu na região sul do Pará, começo dos anos 80. Na qualidade de advogado da CPT, percorreu a região, objetivando reunir informações sobre a guerrilha. Apresenta um estilo jornalístico e suas conclusões sobre os fatos, indicam que a guerrilha contou de fato com a simpatia da população, que com ela colaborou, apoiando sob várias formas os guerrilheiros, assim como foi concebida na sua condução tática pelos princípios do *marxismo-leninismo*.

Antes de prosseguirmos na avaliação das teses acadêmicas que tiveram a Guerrilha do Araguaia como tema, destacamos o relevante trabalho de Vladimir Pomar.

Talvez em nenhuma outra obra a tese do “suicídio revolucionário” e da busca das “causas da derrota” seja tão emblemático como no livro *Araguaia: O Partido e a Guerrilha* (1980), de Vladimir Pomar.<sup>8</sup>

Pomar, que juntamente com seu pai, o lendário Pedro Pomar, faziam parte do CC do PCdoB à época da guerrilha, polemiza com a versão oficial deste no que diz respeito a quais fatores teriam tido peso na explicação do fim do sonho de conflagrar a uma parte do território amazônico; pois, o PCdoB considerava a experiência guerrilheira fundamentada na concepção político-revolucionária do *marxismo-leninismo*, atribuindo a derrota no Araguaia a erros táticos, sobretudo militares no terreno geoestratégico. Ao contrário, Vladimir Pomar sustentara que o fracasso político-militar, residia exatamente no âmbito da concepção político-revolucionária adotada: a teoria do foco guerrilheiro. Em outras palavras a Guerrilha só pôde ser derrota porque, ao contrá-

---

<sup>8</sup> Essa visão avaliativa da Guerrilha situa-se no quadro teórico do paradigma do “suicídio revolucionário”. Lembre-se que o autor veio posteriormente a se desligar do PCdoB por decisão disciplinar, no começo da década 80, juntamente com José Genuíno Neto, Oséas Duarte e Nelson Levy. Fundaram, em seguida, uma organização batizada de Partido Revolucionário Comunista (PRC), a qual, é bom lembrar, não resistiu aos impactos da queda do Muro de Berlim, em 1989. Da autodissolução surgiram duas outras: a *Nova Esquerda* e TD. Ambas não mais existem.

rio do que pensava o PCdoB, não fizera uma interpretação correta do *marxismo-leninismo* e sim os princípios guevaristas da revolução.

No rastro dessa avaliação está também Jacob Gorender. Em *Combate nas Trevas* (1990), o autor investiga minuciosamente a origem, atuação e perfil dos grupos de esquerda que enfrentaram o Estado Autoritário, mostrando as diversas concepções estratégicas e táticas, sobretudo o *modus operandi* dessas organizações antes e depois do Golpe de 1964. Importa para o propósito da discussão aqui apresentada, o capítulo intitulado “A Guerrilha Abafada”. Na verdade é uma avaliação resumida da Guerrilha do Araguaia. Pouco acrescenta, a nosso ver, em dados e informações, a não ser a hipótese professada por Gorender, na qual, ratifica as posições de outros, que consideram o foquismo inspirador e ao mesmo tempo fator de derrota dos guerrilheiros. Ou seja, o que é essencial neste tipo de análise é mostrar que a guerrilha no Araguaia foi derrotada porque utilizou estratégias inadequadas para as condições sociais, políticas e culturas da Brasil, i.e, o aplicação mecânica do foquismo que obteve êxito em Cuba.

A literatura acadêmica, principalmente entre os historiadores, confirma a influência desse debate entre os pesquisadores, porém sem uma preocupação com o “suicídio revolucionário” e com as “causas derrota”.<sup>9</sup>

Trabalhos academicamente pioneiros sobre o tema no Brasil. Daí a necessidade de avaliá-los. Romualdo P. Campos Filho (1995) estudou a guerrilha do Araguaia entre os anos de 1991 e 1995. No aspecto teórico-metodológico recorreu positivamente ao materialismo histórico na sua formulação clássica. A hipótese central do autor consistiu no entendimento de que a Guerrilha do

---

<sup>9</sup> Veja as seguintes dissertações de mestrado: a) **A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972–1975)**, de Romualdo P. Campos Filho, dissertação defendida no Instituto de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal de Goiás em 1995 e b) **A Guerrilha do Araguaia (1972–1974)**, dissertação também de mestrado elaborada por Deusdedith Alves R. Júnior, defendida na Universidade de Brasília, em março do mesmo ano.

Araguaia não pode ser vista como ação apenas de um pequeno grupo. Segundo Romualdo P. C. Filho (1995:p.XIV), é preciso dimensioná-la na devida proporção histórica, reconhecendo-a como um dos movimentos de maior mobilização de tropas federais brasileiras, após a Segunda Guerra Mundial, cuja abrangência, extrapolou os limites territoriais de numerosos países. *“É preciso—diz o autor— entendê-la como um capítulo cruel, sangrento, violento, enxergar naqueles guerrilheiros não desvairados terroristas, mas homens e mulheres corajosos, em sua maioria jovens, à procura da liberdade perdida”*.

Para comprovar sua tese, o autor recorreu a análise de documentos, depoimentos da Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos, da Câmara dos Deputados, que tratam mais especificamente da Guerrilha do Araguaia. E mais: realizou diversas entrevistas com camponeses e personalidades envolvidas no conflito.

Romualdo P. C. Filho, quanto a avaliação acerca de qual estratégia político-militar inspirou os *paulistas*, foi enfático:

(...) desenvolvimento da pesquisa tornou a comprovação da hipótese de que o elemento determinante na elaboração da estratégia e tática adotada pelo PCdoB foi o maoísmo . A segunda questão, decorrente da primeira, foi a conclusão de que a Guerrilha do Araguaia não se constituiu num foco revolucionário, de conformidade com a conotação que o termo possuía aqui no Brasil” (1995: p.205).

Já Deusdedith A. Rocha Junior (1995) abordou a Guerrilha sob a ótica da história, enquadrando-a metodologicamente na “Análise do Discurso”, construindo uma interpretação onde patenteia-se a busca para identificar as versões em torno dos acontecimentos, e “os motivos que contribuíram para que elas assim se estabelecessem” (p.III), assim como as “histórias” que, segundo o autor, foram construídas em torno da temática. Tal mudança de enfoque desmente categoricamente uma “certa” crítica aos pesquisadores vinculados política e ideologicamente ao PCdoB, que supostamente recusam-se a rever os estudos sobre a Guerrilha do Araguaia. Em que

pese a não ligação daquele com o partido, penso que o esforço investigativo e interpretativo até o momento em que se encontram as pesquisas, foi relativamente realizado.

Deusdedith levou em consideração as relações entre o partido e a população local onde se desenvolveu a “luta guerrilheira”, identificando as principais características da região sul do Pará, assim como apontou as relações sócio-políticas do Brasil no contexto do Estado Autoritário e, finalmente procurou analisar as decisões do PCdoB, que culminaram na Guerrilha. Esta é a sua principal contribuição ao avanço do estudo da Guerrilha.

Quanto à questão conceitual, Deusdedith A. Rocha Junior analisou os conceitos defendidos pelo Partido Comunista do Brasil, tendo em vista a “(...) *compreensão da formação do partido e da sua defesa da luta armada e ainda há necessidade de se estabelecer a caracterização do Estado Autoritário*”(p. VIII). Contudo, um aspecto relevante da tese que urge mencionar, refere-se ao fato de que é o primeiro trabalho que busca a “identificação dos discursos” que se formaram em torno dos acontecimentos. Para tanto, evidenciou as “lacunas”, segundo ele, em torno das “histórias da guerrilha”. Apontou o discurso do PCdoB, do Estado Autoritário e dos habitantes da região.

É oportuno distinguir, em sua visão, esses discursos que ajudam a identificar o “posicionamento sócio-cultural de seus proferidores”: a) o tratamento dado ao militante do PC do B que lutou no Araguaia – “terrorista”; b) o PCdoB caracterizando o acontecimento como “revolucionário” e seus militantes como “guerrilheiros”; e, c) os habitantes da região pôs-se a tratá-los (os militantes do PCdoB) como “povo da mata”. Em outras palavras, nota-se em seu trabalho uma tendência a reforçar a tese, apontada por outros autores, que designam a guerrilha como tendo sido influenciada pela concepção estratégica maoista, da “luta popular prolongada” e do “acerco da cidade a partir do campo”.

Essas pesquisas (as de Campos Filho e Rocha Junior), tiveram o mérito de resgatar particularmente para a análise regional centrada geralmente na questão dos efeitos sociais, políticos e ambientais promovido pela implantação dos grandes projetos elaborados nas décadas de 60 e 70, em um circuito fechado de poder e sem a participação da comunidade científica nacional e regional e nem da sociedade civil, e muito menos daqueles que foram atingidos direta e indiretamente, que, essa mesma região, foi também espaço da resistência contra o regime militar como a Cabanagem foi contra o império. Estudar portanto a Guerrilha do Araguaia como também todos os movimentos de resistência protagonizado por grupos sociais que demandaram modificações nas estruturas sociais e econômicos do país, é manter viva na memória dos brasileiros e particularmente dos amazônidas, a crença na participação política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se o exame da literatura do movimento de resistência armada ao *regime militar*, ainda que não tenhamos oferecido um painel completo da literatura, haja vista que preocupou-se com os trabalhos mais representativos. Aqueles que conhecidamente impactaram no redirecionamento dos estudos sobre os destinos da esquerda no Brasil, muitos atualmente dirigentes políticos do país. É evidente que esse procedimento justifica-se pelo objeto aqui devidamente definido. Consequentemente, mostramos que nos anos 80, com a perspectiva de redemocratização da sociedade brasileira, vários autores, entre eles Weffort e Pomar, que estiveram ativamente na organização do PT, atribuíam ao movimento de contestação ao *regime militar*, assim como ao período imediatamente anterior, no qual vigorou a democracia nacional-populista, uma conotação valorativamente negativa. O que era positivo nos *novos movimentos sociais*, em particular o *novo sindicalismo*, era a idéia do aparecimento de um sindicalismo, independente da estrutura oficial do



governo, combativo e associado ao Sindicato dos Metalúrgicos do *ABC Paulista*, a qual denominou-se de “tese do suicídio revolucionário”. Esta seria a “nova esquerda” liberta das concepções ortodoxas do marxismo. Argumentamos também da atuação dos grupos que se opuseram aos militares, têm sido conduzidos na perspectiva de identificação das “causas da derrota”. Há também aqueles, com suas razões, que procuraram demonstrar a inviabilidade do método da guerra de guerrilhas para alcançar objetivos políticos, cujo mérito fugiu ao escopo deste trabalho. Urge portanto repensar a atuação dos partidos e organizações de esquerda nas décadas de 60 e 70. Valorizar essa atividade intelectual e avaliar a atuação daquelas organizações e partidos, inclusive estudar a Guerrilha do Araguaia priorizando aspectos distantes das “causas da derrota” que tem sido a tônica dos estudos de alguns estudos. Tal atividade teórica não foi realizada aqui, tão-somente insistir na necessidade de enfrentar a questão. Ela deve ser realizada por autores menos comprometidos politicamente com a necessidade de legitimar, no interior das Ciências Sociais, a hegemonia político-interpretativa ligada ao surgimento e consolidação do PT .

## GLOSSÁRIO

ALN	- Ação Libertadora Nacional
AP - ML	- Ação Popular – Marxista-Leninista
COLINA	- Comandos de Libertação Nacional
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
EUA	- Estados Unidos da América
MR – 8	- Movimento Revolucionário 8 de outubro
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PCBR	- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
POLOP	- Organização Revolucionária - Política Operária

PRC	- Partido Revolucionário Comunista
PT	- Partido dos Trabalhadores
TD	- Tendência Marxista
ULDP	- União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	- Universidade de São Paulo
VAR-PALMARES	– Vanguarda Popular Revolucionária Palmares
VPR	- Vanguarda Popular Revolucionária

## BIBLIOGRAFIA

BUONICORI, César Augusto. “A Política Sindical do PCB Entre 1948 e 1950”. In: **Revista Princípios**, nº45, maio, junho e julho de 1997.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Histórias das Sociedades Agrárias. Goiânia: UFGO, 1995.

CARDOSO, F. H. **As Idéias e seu Lugar**. Rio de Janeiro-Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. “Relações Norte-Sul no Contexto Atual: Uma Nova Dependência? In: **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

\_\_\_\_\_ & FALETTO, Enzo V. **Dependência e Subdesenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970.

CASTAÑEDA, Jorge. “Verdade ou Não, Nova Guerrilha Gera Incertezas no México”. In: **Folha de São Paulo**, 1º caderno, 07.07.1996, p. 20.

CUNHA, Maria de Fátima. “A Revelação da Dor’ – Guerrilha e Repressão nos anos 60/70”. In: **Pós-História. Revista de Pós-Graduação em História**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, 55:55-69.

- DIÁRIO da Guerrilha do Araguaia.** In: MOURA, Clóvis. Apresentação. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985, 80 pp.
- DÓRIA, Palmério, *et al.* “A Guerrilha do Araguaia”. In: **Revista História Imediata**, n° 1, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.
- FONTELLES, Paulo. **A Guerrilha Redescoberta.** Belém: Grafisson, 1990, 80 p.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas; a Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdida à Luta Armada.** 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990, 255 p.
- FALETTO, Enzo V. “Los Años 60 y el Tema de la Dependência”. In: **Revista USP, Estudos Avançados.** 12 (33), maio e agosto de 1998.
- FIORI, José Luís. “Globalização e a Novíssima Dependência”. In: **Em Busca do Dissenso Perdido: Ensaio Críticos sobre a Festejada Crise do Estado.** Rio de Janeiro: Editora Insight, 1995.
- GOLDENSTEIN, Lídia. “Repensando a Dependência Após o Plano Real”. In: **Revista USP, Estudos Avançados.** 12 (33), maio e agosto de 1998.
- GUERRILHA Busca Apoio Internacional. In: **Jornal Folha de São Paulo.** 1º caderno., 28.07.96:p.24.
- HABERMAS, Jürgen. “Soberania Popular como Procedimento; um Conceito Normativo de Espaço Público”. In: **Novos Estudos**, CEBRAP, n° 26, março de 1990. pp.100-113.
- JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack. **Lamarca: o Capitão da Guerrilha.** 12º ed. São Paulo: Global Editora, 1989, 166 p.
- KAY, C. **Latin American Theries of Development and Underdevelopment.** Londres: Routledge, 1989.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira.** Rio de Janeiro-Petrópolis: Editora Vozes, 1984

- MIR, Luís. **A Revolução Impossível; a Esquerda e a Luta Armada no Brasil**. São Paulo: Editora Best- Seller, 1994, 755 p.
- NASCIMENTO, Durbens Martins. **Guerrilha do Araguaia (1967-1975): “Paulistas” e Militares na Amazônia**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico – Úmido/PDTU. Belém: NAEA/UFGA, 2000.
- POMAR, Vladimir. **Araguaia: o Partido e a Guerrilha**. São Paulo: Editora do Brasil Debates, 1980, 312 p.
- PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Editora Global, 1979, 263 p.
- ROCHA JUNIOR, Deusdedith Alves. **A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós – Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília, 1995, 158 p.
- ROLLEMBERG, Denise. “A Idéia de Revolução; da Luta Armada ao Fim do Exílio (1961-1979)”. In: André Ricardo Pereira (org.). **Que História é Essa?** Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994.
- REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações de Esquerda dos Anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985, 368 p.
- RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, 284 p.
- SADER, Emir. “ Nós que Amávamos tanto *O Capital*”. In: **Praga. Revista de Estudos Marxistas**, nº 1, São Paulo: Boitempo Editorial, set/dez de 1997.

SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a Ruptura e a Continuidade: Visões da História do Movimento Sindical Brasileiro”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 14 (41):103-120, outubro de 1999.

SANTOS, Theotônio dos. “Por uma Bibliografia sobre a Teoria da Dependência”. In: **Revista USP, Estudos Avançados**. 12 (33), maio e agosto de 1998.

SINGER, Paul. “De Dependência em Dependência: Consentida, Tolerada e Desejada”. In: **Revista USP, Estudos Avançados**. 12 (33), maio e agosto de 1998.

TAIBO II, Paco Ignácio *et al.* **O Ano que Vivemos em Nenhum Lugar; a Missão Secreta de Che Guevara**. São Paulo: Editora Scritta, 1995, 290 p.

WEFFORT, Francisco C. **Por Que Democracia?** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, 133 p.